



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

### Ata da Sessão Ordinária de 9 de julho de 2018

(continuação da Sessão Ordinária de 25 de junho de 2018)

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

#### PRESENTES

**Eleitos:** Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição da Senhora Deputada Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; José Manuel Pinto Varela, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Vereador Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiania Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Maria Francisca de Castro Ribeiro Pereira da Silva, em substituição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



**Os Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia:** Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição da Senhora Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão, dando início ao Período da Ordem do Dia.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**12. Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** deu nota que: “A síntese respeitante à informação financeira que hoje vos trago corresponde a um período que fica marcado por uma série de concretizações que não são indiferentes aos portuenses. Ao cabo de mais de trinta anos o Mercado do Bolhão está em obra, a ser recuperado, tendo por base um programa que a cidade aprova. Não foi um processo fácil, porque não estamos a lidar no Bolhão com uma recuperação normal, mas está em curso e podemos pagá-la.

Ao histórico início de obra correspondeu também a inauguração do Mercado Temporário do Bolhão. Estamos conscientes de termos criado o melhor Mercado Temporário possível e de tudo ter feito para nele concentrarmos todas as condições para que os comerciantes sobrevivam para poderem regressar ao Mercado do Bolhão, uma vez restaurado.



À campanha inicial de divulgação, que conheceram, vamos juntar novas ferramentas, como, brevemente, a cobertura da obra do próprio mercado, uma composição de metro com as cores do mercado e também campanhas sazonais com promoções e diversas animações.

Não se iludam, contudo, o temporário é apenas temporário. Não é o nosso querido e velho mercado, não tem o seu charme e o seu *glamour*.

Disse aqui neste Fórum várias vezes, e agradeço, que era importante que as forças políticas estivessem ao lado da cidade neste processo, e têm estado. Não fiquei indiferente aos elogios de forças políticas, que já aqui ouvi, que reconheceram o esforço e o caráter que temos posto neste difícil processo. Espero que assim continue a ser e espero naturalmente que os cidadãos do Porto continuem a aderir ao Mercado Temporário, que é muito importante.

Mas esta primeira parte do ano fica também marcada pelo fim do processo concursal do Matadouro de Campanhã. Afinal, fica demonstrado que é possível conceber, em parceria com a iniciativa privada, projetos sustentáveis capazes de satisfazer o interesse público. E mais do que isso, é possível hoje fazê-lo em Campanhã.

Devo informar que a empresa que ganhou este concurso, e que irá investir perto de 39 milhões de euros, prestou já a caução que era devida. Fica a faltar, por último, um passo, o visto do Tribunal de Contas, para que siga a fase final de projeto, que deverá ser de cerca de sete meses de acordo com o caderno de encargos, para se iniciar a obra que está estimada em dois anos.

Foi ainda o início de 2018 o tempo de Porto e Gaia consensualizarem uma ideia nova para a travessia sobre o Douro. É uma opção política fazer a travessia mais a oriente, servindo as zonas das duas cidades que mais precisam.

Bem sei que todos seríamos capazes de decidir sobre pontos em todas as cotas e praticamente em todo o lado, acontece que muitas delas seriam impossíveis, outras seriam indesejáveis e mais nenhuma serviria politicamente tão bem os dois programas políticos sufragados pelos dois Municípios dos dois lados do rio. Sim, também os estudos apontavam aquele local mais estreito entre as duas margens, com ancoramento possível dos dois lados. Todos os atos, os estudos mais aprofundados e, finalmente, o projeto serão alvo de discussão pública. O primeiro já foi tomado e aprovado em Executivo, tratando-se de um protocolo estabelecido com o Município de Gaia, para que agora possam ocorrer dos dois lados os atos administrativos competentes.



Houve muito mais nestes primeiros meses, o Rosa Mota está em obra, projetamos e lançamos um programa de reabilitação de 88 pequenos arruamentos da malha fina da cidade, temos em curso a preparação de um ambicioso ano letivo, que contará já com obras no Alexandre Herculano, continuamos obras nos Bairros e Escolas e continuamos, assim nos deixo a deficiente lei, a exercer os direitos de preferência.

É, por vezes, ingrato resumir aquilo que temos feito. Faço este breve resumo, porque assim me pediram da última vez que apresentei aqui uma informação financeira.

Quanto aos números, que nos permitem fazer tudo o resto, passo a informar.

No âmbito da evolução da atividade financeira do Município destaca-se: a receita cobrada até maio de 2018, no valor de 82,4 milhões de euros, é superior em cerca de 7,6 milhões de euros à cobrada em período homólogo de 2017, o que representa um acréscimo de 10,2%; as receitas correntes aumentam em cerca de 4,1 milhões de euros relativamente a 2017, em resultado do aumento dos impostos diretos, dos impostos indiretos, das transferências correntes e das outras receitas correntes, conjugado com a redução das receitas das taxas, multas e outras penalidades, dos rendimentos de propriedade e da venda de bens e serviços correntes, por ter passado para a Porto Ambiente a receita dos resíduos sólidos.

Nos impostos diretos o acréscimo é justificado pelo aumento da cobrança do IUC e do IMT em, respetivamente, 116,3 mil euros e 6,1 milhões de euros, conjugado com a diminuição do IMI em 118,2 mil euros e da derrama que reduziu 148,5 mil euros. No que respeita aos impostos indiretos o crescimento, face ao período homólogo de 2017, resulta, fundamentalmente, do acréscimo das receitas provenientes de loteamento e obras. As taxas, multas e outras penalidades reduzem 1,4 milhões de euros, justificado pelo decréscimo dos juros de mora, atendendo a que foram recebidos no início do ano de 2017 juros de mora de 2,3 milhões de euros relativos ao pagamento dos impostos municipais sobre o IMI e sobre o IMT dos últimos 12 anos, conjugado com a cobrança da taxa turística, 554,1 mil euros, e também com o aumento das receitas provenientes de loteamento e obras, 161,5 mil euros.

Para o acréscimo da receita total contribuíram também as receitas de capital, verificando-se uma variação positiva na rubrica de venda de bens de investimento, 328,8 mil euros, nas transferências provenientes de projetos participados, 571 mil euros, e nos passivos financeiros por força de utilização de 2,6 milhões de euros do empréstimo contratualizado com o Banco Santander Totta.



A execução do orçamento da despesa é de 27%, sendo que a despesa total paga regista um acréscimo de cerca de 7,2 milhões de euros face a período homólogo de 2017.

O acréscimo da despesa corrente é justificado pelo aumento das despesas com pessoal, 622,7 mil euros; de juros e outros encargos, 12,5 mil euros; das transferências correntes, 1 milhão de euros; dos subsídios, 3,8 milhões de euros; em resultado das transferências para a Porto Ambiente e das outras despesas correntes, 1,1 milhões de euros; conjugado com a redução em aquisição de bens e serviços, 2,9 milhões de euros.

Em maio o Município do Porto tem a receber de terceiros cerca de 17,1 milhões de euros e a pagar 5,1 milhões de euros, resultando assim um saldo positivo de 12 milhões de euros, que compara com o valor a receber de terceiros igualmente superior ao valor a pagar de 9,5 milhões de euros no período homólogo de 2017.

O prazo médio de pagamento a fornecedores é de seis dias. A dívida bancária de médio e longo prazo ascende a 32,1 milhões de euros, registando um aumento de 746,8 mil euros, 2,4% face a idêntico período de 2017, o qual inclui o *leasing*, por força das utilizações do empréstimo contratualizado com o Banco Santander Totta.

Ainda de registar a inexistência de dívidas bancárias de médio e longo prazo nas Empresas Municipais.

Concluindo, os números até maio do corrente ano indiciam uma execução orçamental em linha com o orçamento, mantendo-se um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores.

Julgo que com isto, Senhor Presidente, ficou dado o mote para a informação financeira, estando, naturalmente, à disposição dos Senhores Deputados para qualquer ulterior informação que pretendam”.

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** disse que queria: “Em primeiro lugar, regozijarmos pelo facto de o Senhor Presidente hoje se congratular com o início de obras de projetos que apresentou na sua primeira candidatura e para seu primeiro mandato. Mais vale tarde do que nunca e ainda bem que estas obras vão avançar.

Uma outra questão que gostava de colocar é que, na informação que nos foi fornecida e, naturalmente, os números que o Senhor Presidente nos deu, é muito difícil de nós os apreendermos e a sugestão é que essa informação possa ser distribuída previamente, para a podermos digerir com mais facilidade. Também, na informação que nos foi enviada por parte dos vários serviços, não vem a informação das Empresas Municipais, o



que era muito importante, porque hoje grande parte da atividade municipal é canalizada pelas empresas e tal como todos os serviços e as Direções Municipais fazem chegar a informação trimestral da atividade que desenvolvem era importante que houvesse também a informação das Empresas Municipais.

Mais algumas questões que eu gostaria de abordar: A primeira prende-se com o chamado pacote da descentralização e aquilo que é, ou que foi, a capitulação da parte da Associação Nacional de Municípios relativamente a uma proposta do Governo, sem ter em conta aquilo que eram, na nossa opinião, os interesses dos municípios. Nesse sentido, congratulamo-nos com o facto de o Senhor Presidente da Câmara, na sequência de uma proposta apresentada pela Senhora Vereadora da CDU em reunião de Câmara que foi aprovada, por unanimidade, achamos que não restava uma outra posição ao Senhor Presidente senão, honrando aquilo que foi aprovado pelo seu Executivo, manifestar a sua discordância com a posição assumida pela Associação Nacional de Municípios. Nesse sentido, dizer que estamos de acordo com essa posição, que estamos disponíveis para apoiar as diligências que venham a ser efetuadas, com o objetivo de a Associação Nacional de Municípios inverter a sua posição, mas, mais do que isso, com as posições que o Município do Porto pode tomar como município independente, relativamente a este pacote, porque não nos parece aceitável que seja transferido um conjunto grande de competências, que de facto não corresponde a uma descentralização efetiva do País, sem o acompanhamento dos meios necessários, sejam eles financeiros ou técnicos ou humanos, para que os Municípios possam desempenhar essas funções. Queremos manifestar essa solidariedade, sendo certo que, não estando de acordo com o abandono da Associação Nacional de Municípios por parte do Município do Porto, uma coisa é discordarmos de uma posição assumida pela Associação Nacional de Municípios, e de muitas posições temos nós discordado, mas achamos que é importante que o Porto se faça ouvir relativamente a esta matéria, até porque já houve um conjunto de diligências que tinham sido efetuadas no âmbito, nomeadamente, da Área Metropolitana do Porto e da Área Metropolitana de Lisboa, que era importante que houvesse esta tomada de posição de crítica à Associação Nacional de Municípios e quiçá talvez possa ser convocada uma reunião extraordinária do Conselho Metropolitano do Porto para discutir esta situação.

Uma segunda questão que gostaria de colocar, Senhor Presidente, nós, na última Assembleia Municipal em que analisámos a situação dos despejos na cidade do Porto, por





iniciativa do Bloco de Esquerda, o Senhor Presidente sacou um coelho da cartola, praticamente no final da Assembleia, dizendo que um conjunto de fogos municipais, que estão devolutos e espalhados pela cidade, iriam ser integrados no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, o chamado FNRE, e eu, na altura, confesso que fui apanhado de surpresa, porque nunca tinha ouvido falar dessa proposta e procurei informar-me melhor sobre o funcionamento deste fundo. Trata-se de uma iniciativa deste Governo, de 2016, que criou um Fundo onde os municípios podem pôr um conjunto de prédios de sua propriedade, recebendo como contrapartida unidades de participação nesse próprio Fundo, com o qual reabilitará esses imóveis e os colocará no mercado ao abrigo de rendas condicionadas. Em termos práticos é isto. E a questão que se coloca, e daí a nossa discordância, é que, na situação em que a Câmara Municipal do Porto se encontra do ponto de vista financeiro, que é uma situação positiva, como o Senhor Presidente ainda agora, com os números que avançou, reconheceu que se mantém, numa situação em que há uma bolha especulativa relativamente ao mercado imobiliário, parece-nos que seria muito mais adequado que fosse o Município a recuperar essas habitações e a colocá-las no mercado de arrendamento. Poupávamos tempo, não corríamos tantos riscos e o dinheiro que temos hoje permitiria fazer esse tipo de reabilitação sem estarmos à espera de um fundo de reabilitação a nível nacional. Daí dizer ao Senhor Presidente, porque são muitos os fogos que estão devolutos há vários anos, a sua colocação dentro do fundo iria atrasar mais o processo e parece-nos que os resultados não seriam os melhores.

Uma terceira questão que gostaria de colocar, Senhor Presidente. Há quinze dias, aqui nesta mesma tribuna, abordei o problema da degradação do estado da limpeza na cidade do Porto. Na altura, o Senhor Vice-Presidente disse-me mais ou menos isto: «Olhe que não, olhe que não», não foi por estas palavras, mas expressou que aquilo que eu estava a dizer não correspondia à verdade e eu gostaria de repetir as ideias que aqui transmiti, porque a situação agravou-se também nestes últimos quinze dias.

Ponto um, não criticamos quem limpa, criticamos sempre quem suja, e esta deve ser a posição de autarcas; ponto dois, não criticamos o modelo que foi adotado com vista à limpeza da cidade. Tivemos oportunidade de dizer que não era aquilo que nós implementaríamos se estivéssemos no poder, mas é melhor do que aquilo que antes era defendido pela Câmara, ou seja, a privatização completa dos serviços.

Mas, objetivamente, por força daqueles que saem dos concessionários antigos e que deixam ficar as coisas em mau estado para prejudicar quem vem atrás, isto aconteceu



em municípios vizinhos, já se sabia que iria acontecer, por força de atrasos em investimentos que seriam necessários para conseguirmos fazer a recolha e conseguirmos estar à altura desta responsabilidade.

Várias coisas se passaram, agora, a verdade, Senhor Presidente, é que, hoje, o estado de limpeza da cidade, nomeadamente com a acumulação de resíduos à volta dos contentores e com ecopontos que não são recolhidos e que começam a abarrotar, há várias situações destas e se há alguém que sabe do que fala sou eu.

Havia um encarregado da limpeza, que me dizia: Senhor Engenheiro, basta uma pessoa largar um jornal numa rua para parecer que a cidade está toda suja, porque as páginas do jornal voam e fica logo um estado de limpeza que é lamentável. Os contentores com lixo a abarrotar à sua volta, isso vê-se em vários sítios, dá uma má imagem do serviço de limpeza o que era necessário corrigir e daí o apelo.

Um último aspeto que gostaria de abordar, em dezembro apresentamos aqui uma proposta, que foi aprovada, pedindo à Câmara Municipal um estudo relativamente à situação de falta de passeios na cidade do Porto, necessidades de iluminação, necessidades de colocar árvores nas caldeiras que estão sem árvores, com um conjunto de propostas para intervenção na via pública. Já passaram seis meses e o pedido que foi aprovado, era que, num prazo de seis meses, esse estudo fosse feito e concluído.

Eu gostaria de saber qual é o ponto da situação, até para sabermos qual é o respeito que a Câmara tem pelas recomendações da Assembleia Municipal”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** respondeu: “Quanto à questão das Empresas Municipais, elas representam, como sabe, cerca de 10% do universo municipal. Nós não teremos problemas em fornecer informações mais regulares sobre as Empresas Municipais, e parece-me perfeitamente justificado e razoável aquilo que menciona. Vamos ver como é que o vamos fazer e com que frequência.

Quanto ao pacote da descentralização, eu queria dizer aos Senhores Deputados o seguinte: estamos aqui a analisar uma informação relativamente ao semestre e estas coisas aconteceram nos últimos dias. Não quero com isto furtar-me, naturalmente, a falar sobre essa matéria, até porque, se já o fiz publicamente, parece-me razoável fazê-lo nesta Assembleia.

Gostaria, ainda assim, de dizer que, quanto à Associação Nacional de Municípios, aquilo que nos preocupa é que a Associação já transmitiu à Assembleia da República e ao





Governo, através de uma deliberação do seu Conselho Diretivo, no dia 3 de julho, data em que notificaram os municípios, mandando um conjunto de mapas excel, pedindo para nós, até ao dia 6 de julho, confirmarmos aquilo com que eles já se tinham comprometido, e feita uma análise sucinta a esses mapas e também às competências que era suposto serem descentralizadas, nós acompanhámos a deliberação que a CDU suscitou em reunião de Câmara e que foi aprovada, por unanimidade, ou seja, nós não nos conformamos, de forma alguma, com aquilo que está neste documento. A Associação Nacional de Municípios fez o seu negócio com Governo e só depois de fazer o seu negócio e de mandar para a Assembleia da República é que se lembrou que, por acaso, tem alguns municípios associados, e só por acaso é que depois mandou os documentos para nós, para nós em três dias podermos fazer a análise o que, como o Senhor Deputado sabe muito bem, é absolutamente impossível.

Mas, numa primeira análise, aquilo que se verifica é que é inexecutável em várias áreas e principalmente viola claramente uma coisa que é muito importante, é que o Porto participou ativamente num conjunto de reuniões que decorreram com a Área Metropolitana do Porto e, depois, entre a Área Metropolitana do Porto e a Área Metropolitana de Lisboa, que resultou numa cimeira que teve a presença do Senhor Presidente da República, do Senhor Primeiro-Ministro e de vários Ministros, em que, de alguma maneira, foram apresentados um conjunto de *dossiers* que presumiam que deveria ser por aí que deveria ir a descentralização.

Mas o que é curioso é que este documento que nos chega, através da Associação Nacional de Municípios, não contempla algumas das matérias fundamentais que estavam previstas nessa cimeira havida com as Áreas Metropolitanas, uma cimeira em que, quer o Senhor da República, quer o Senhor Primeiro-Ministro fizeram questão de destacar que não pode haver descentralização sem que ela passe também pelas Áreas Metropolitanas, porque elas representam mais de quarenta por cento da população e contemplam aqueles municípios em que mais facilmente algumas destas medidas podem ser descentralizadas.

Portanto, compreenderá que, independentemente de tudo aquilo que vai decorrer, e eu não queria antecipar uma reunião que foi convocada para quarta-feira, pelo Senhor Presidente da Área Metropolitana, com quem, devo desde já dizer-lhe, nós estamos perfeitamente entendidos nesta matéria, e devo dizer-lhe que, se nada voltar atrás, e não vejo como é que vai voltar atrás, eu irei propor em reunião de Câmara, e se for aprovado virá



a esta Assembleia Municipal, uma tomada de posição relativamente a uma Associação Nacional de Municípios que, naturalmente, enquanto nós fizermos parte dela se sente à vontade para nos confrontar com um facto consumado, o que não nos parece correto, porque nós fizemos um trabalho de muitos meses, que envolveu muitas pessoas, que envolveu depois vários municípios e que tinha como princípio algumas coisas. Nós não estamos interessados em nos substituímos a competências que hoje estão em Direções Regionais, ainda por cima, com suborçamentação.

Eu sei que essa tem sido também a posição da CDU, tem sido a minha posição e, portanto, eu acho que nós aqui temos que ser absolutamente consequentes. Não nos interessa a nós fazer parte de uma associação que, utilizando o pretexto de ter lá todos os municípios, se sente à vontade para, nas costas destes mesmos municípios, fazer acordo. Eu bem sei que para alguns municípios que têm grande dificuldade de endividamento a tentação é grande e porque estão acima dos limites de endividamento, há um engodo no sentido de aceitarem estas propostas. Nós não somos suscetíveis a essa tentação, nem devemos ser. E também não nos vale a pena dizerem, bem, mas isto pode ser adotado daqui a um ano, dois anos ou três anos, eu daqui a três anos, como já disse, é minha intenção ir-me embora, mas não gostaria de deixar à Cidade o peso daquilo que, de facto, não é uma descentralização, é uma delegação de competências, com verbas manifestamente insuficientes.

E depois há coisas que não se podem dizer que são descentralização, veja-se o caso dos Centros de Saúde, naturalmente que nós gostaríamos de ter alguma competência nos Centros de Saúde. Foi feito no anterior mandato um trabalho exaustivo, nomeadamente pelo Senhor Vereador Manuel Pizarro, relativamente ao mapeamento das necessidades, e tudo o mais. Agora, acha que nós vamos ficar com os serviços acessórios, que vamos ficar a tratar de hotelaria dos Centros de Saúde, mas não ficamos com a capacidade, por exemplo, de decidir o horário de funcionamento? Eu acho que isto é subverter o princípio da descentralização, não é descentralizar coisa nenhuma, é passar ónus para os municípios, é passar hotelaria para os municípios, é fazer de nós tarefeiros. E esta é a posição do Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia e também de Presidentes de Câmara do PSD, como o Presidente da Câmara de Famalicão, que é uma pessoa muito relevante, julgo que é Presidente da Distrital de Braga do PSD, que assumiram exatamente a mesma posição.



Portanto, a nossa posição nesta matéria tem que ser absolutamente clara e resulta também de um compromisso assumido e de um discurso que eu aqui fiz neste edifício, há quase cinco anos, quando tomei posse, e quando disse, «não se confunda descentralização com alijar de responsabilidades por parte do Estado Central».

Portanto, esta é a nossa posição. Como é evidente, tentaremos certamente esgotar as possibilidades que temos e tenho a certeza que a Área Metropolitana, na quarta-feira, terá uma reunião importante sobre esta matéria.

Quanto à questão do Fundo, dos prédios e a questão da união de participação, ainda bem que verificou que a informação que eu tinha dado é correta, ou seja, esse Fundo existe. Nós não estamos a dizer que vamos fazer isso com a maioria dos edifícios municipais, agora, consideramos que é oportuno em alguns edifícios utilizar esta metodologia. Portanto, não será para todos os edifícios que temos disponíveis, será para alguns. Parece-nos que em alguns casos era importante que o Porto também se associasse àquilo que é, de facto, um Fundo Nacional, que nos parece muito bem montado e que nós aprovamos. Achamos que o Ministério do Ambiente fez este trabalho já há mais de um ano atrás e, portanto, parece-me que não devemos descurar a utilização. Isto foi referido relativamente aos edifícios principais, aliás, foram edifícios que a Senhora Vereadora da CDU suscitou em reunião de Câmara. São uns edifícios junto aos acessos da Ponte da Arrábida e foi exatamente em relação a esses que nós pensamos que deveríamos ensaiar este modelo.

Quanto à questão da degradação do estado da limpeza, Senhor Deputado, eu queria dar-lhe nota de que nós estamos em *fase out*, estamos a mudar de um determinado paradigma para um paradigma diferente, isto é, estamos a abandonar um modelo, que sei que o Senhor Deputado não gostava, que era o modelo de concessão que nós herdámos, ou seja, estamos a mudar para um modelo diferente em que, de alguma maneira, estamos a internalizar competências numa Empresa Municipal que criamos. Também compreendo que a CDU preferia que não fosse através de uma Empresa Municipal, fosse através da Câmara, mas isto parece-nos, apesar de tudo, uma divergência menor. Como é evidente, nestas fases, acontece sempre que, em determinadas zonas da cidade, haverá coisas que não correm exatamente como nós queremos e da melhor maneira, mas, ainda assim, a recolha doméstica que se iniciou parece-me estar a ser importante e eu creio que em outubro todos nós estaremos em condições de dizer que, de



facto, a limpeza na cidade está melhor e está a ser feita a um custo menor com recursos internos.

Mas o que diz tem razão, para nós termos a cidade mais limpa precisamos do contributo de todos, porque aquilo que verificamos hoje, e tem sido assinalado, é que algumas das infraestruturas que temos têm sido vandalizadas sucessivamente e temos outro problema mais grave que é haver quem tente recuperar material com valor transacionável, dentro desses contentores, espalhando o resto como lixo na cidade. Temos também problemas com o retalho e com os restaurantes, pelo que temos vindo a aumentar a fiscalização, porque o que acontece é que são feitos depósitos junto dos contentores a determinadas horas que nos parece a nós absolutamente inaceitáveis.

Mas nós não fugimos ao problema, eu tenho a certeza que a solução que nós encontrarmos vai permitir que a cidade esteja mais limpa, em melhores condições e, principalmente, com um orçamento final muito mais de acordo com aquilo que devemos pagar.

Sobre a questão dos passeios, nós lançamos um programa que se chama Rua Direita, do qual creio que o Senhor Deputado terá conhecimento, que vai resolver uma parte significativa desse problema.

É verdade que nós temos a questão da arborização e de algumas das clareiras vazias, essa reclamação tem-nos sido apresentada por alguns munícipes, mas também é verdade que em arruamentos em que nós vamos fazer grandes intervenções, como o Senhor Deputado sabe, não é de todo em todo justificável que se coloquem árvores, porque depois, quando se fizerem as obras, essas árvores têm que ser removidas. Temos reclamações, por exemplo, na Foz, em algumas ruas que tradicionalmente tinham árvores, mas se essas ruas estão a precisar de grandes intervenções, não faz nenhum sentido estarmos a plantar lá árvores de médio porte para depois terem que ser deitadas fora.

Não sei se tem mais algum pedido de informação sobre isto, mas tenho a certeza que o Senhor Vereador Filipe Araújo pode dar-lhe mais esclarecimentos”.

**O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS)** iniciou a sua intervenção, dizendo: “Mesmo que o momento formal não seja aquele que mais se adequará, o Partido Socialista, à semelhança do que já tinha sucedido na reunião de vereação e não havendo, evidentemente, nenhuma responsabilidade de qualquer natureza por parte da Câmara Municipal no ato violento e racista que ocorreu na noite de S. João, dizer que o repudiamos e nos queremos associar.



Senhor Presidente da Câmara, nós na sexta-feira tivemos um importante colóquio na nossa cidade a decorrer no Coliseu do Porto, o Climate Change Leadership, onde se discutiram diversas questões, e vou atrever-me a entrar num domínio que é do seu movimento político e que poderei resumir em dois vetores, que apresentou como estruturais da sua ação política para este mandato, o vetor da coesão social, que é algo que o acompanha desde o anterior mandato, e o vetor da sustentabilidade.

Ora, no que diz respeito a uma das atividades económicas mais relevantes que tem vindo a desenvolver-se a um ritmo acelerado na nossa cidade, que também hoje, e penso estar também a interpretar corretamente as suas palavras, destacou na intervenção que fez na cerimónia, de há pouco, de entrega de diferentes medalhas a diferentes distinguidos portuenses. A atividade turística, enquanto atividade económica é, e é reconhecido pelo PS, um importante dinamizador económico, um importante criador de emprego, e é também um catalisador de grande parte da reabilitação urbana nesta cidade. Contudo, a atividade económica é simultaneamente geradora de desafios, de problemas, dirão uns que são bons problemas, são problemas de um crescimento, mas que, em todo o caso existem e devem, no nosso entender, ser encarados com seriedade pelo poder público autárquico.

Falamos, para dar alguns exemplos do aumento exponencial, do preço da habitação, quer seja de habitação para aquisição, quer seja das rendas; das dificuldades acrescidas de mobilidade urbana que esses fluxos trazem; a limpeza urbana; assim como da necessidade de uma proteção mais cuidadosa do património cultural, material e imaterial, desta cidade.

E, nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção para dois assuntos, um deles, aliás, já foi aqui também mencionado pelo Senhor Deputado Rui Sá, para dois problemas que nos têm especialmente preocupado e relativamente aos quais temos recebido diferentes manifestações de desagrado dos nossos concidadãos. Falamos evidentemente, por um lado, das questões da limpeza urbana e da recolha do lixo, sobre as quais acabou de nos dar alguns esclarecimentos. Ainda assim, e é positivo que assim seja, já não estamos numa fase em que parecia haver só um problema pontual ou que era apresentado enquanto problema pontual. Há aqui um problema que, infelizmente, vai sendo generalizado, infelizmente é mais recorrente do que todos nós gostaríamos, o Senhor Presidente da Câmara certamente incluído, e estamos também com problemas, segundo



aquilo que pudemos apurar, relacionados não só com o número de contentores disponíveis para a recolha dos diferentes resíduos, como também quanto à periodicidade e aos horários das rondas das recolhas. Não sei se estas duas questões, em particular, têm vindo também a ser afetadas por essa alteração de paradigma, a que agora se referiu, e também porque, por vezes, têm sido apresentadas essas justificações.

Gostaríamos de saber qual a possibilidade de recolha de informação que a Câmara Municipal tem, através, evidentemente, da sua Empresa Municipal dedicada a este importante assunto e se, por exemplo, a produção de lixo urbano, quer indiferenciado, quer reciclável, tem ou não aumentado na cidade. Se sim, quais são esses valores, para percebermos perfeitamente se em outubro teremos uma alteração ou uma mudança significativa dos problemas agora destacados.

Um dos outros problemas, que vemos também potenciado pelo aumento das atividades económicas na cidade, é o acesso à habitação. É um tema recorrente, que já foi, aliás, objeto de uma Assembleia Municipal Extraordinária exclusivamente dedicada a este assunto, mas a verdade, Senhor Presidente, para a classe média e para a população mais jovem é relativamente problemática a capacidade, ou a falta dela, para continuar a residir no Porto ou então para aqui voltar. E isto pode implicar, a longo prazo, a perda de uma massa crítica, de uma massa ativa, de uma massa empreendedora – por massa entenda-se população – que é relevantíssima para a cidade do Porto, como é para as grandes urbes para se poderem desenvolver de forma harmoniosa. Neste sentido, gostaríamos de questionar, uma vez mais, o Senhor Presidente da Câmara sobre que projetos de política pública autárquica tem pensados para poder atalhar este problema. Sabemos bem, Senhor Presidente, e sobre isso não fazemos também aqui uma demagogia barata, que muitos destes problemas passarão também, evidentemente, pela intervenção do Governo da República.

E sobre o Governo da República, em sentido lato, hoje mesmo, como sabe, foi promulgada uma lei que suspendeu os despejos, por um período de nove meses, no caso de inquilinos especialmente vulneráveis, lei essa que foi aprovada com os votos do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecológico Os Verdes e contou com os votos contra da direita na Assembleia da República – PSD e CDS/PP. Portanto, o Governo da República tem, neste sentido lato, feito alguma coisa e é nossa convicção de que o poder público autárquico desta cidade pode também fazê-lo.





O Senhor Presidente, penso que até a questões colocadas diretamente por mim, já disse várias vezes que os portuenses escolheram determinado caminho político aquando da sua reeleição, mas eu tenho a certeza absoluta que o Senhor Presidente tem abertura de espírito suficiente para poder dialogar connosco alternativas, que nós também tínhamos apresentado em campanha eleitoral, que, certamente melhoradas pelos contributos da sua força política, podem ser uma chave para a solução deste problema. Não lhe estou a dizer isto como verdade absoluta, digo apenas como destacando aqui um contributo que pode evidentemente aproveitar.

Ainda dizer, porque o Senhor Presidente mencionou na sua intervenção a questão sobre as obras de reabilitação do Alexandre Herculano, e, permita-me também que, à semelhança do que aconteceu com o Mercado do Bolhão, onde as diferentes forças políticas aqui representadas nesta casa se uniram para um desiderato que é comum, deixe-me dizer também, que as diversas forças políticas, e falo daquela que eu aqui represento, o PS, lançaram também importantes movimentos no que diz respeito à reabilitação do Liceu Alexandre Herculano e fizeram, através dos seus representantes na Assembleia da República, chegar um conjunto de resoluções, aprovadas em sede de Assembleia da República, para instar o Governo para este problema grave da nossa cidade e parece também, do ponto de vista de união na ação política, como referia quanto ao Mercado do Bolhão, que surtiu o seu efeito.

Finalmente, o Senhor Presidente também já aflorou aqui a questão, vamos a este pacote da descentralização. Eu não conheço o acordo, não o conheço mesmo, não vi o documento. As únicas referências que pude encontrar foi precisamente na comunicação social e, portanto, sobre o acordo em si eu não me vou pronunciar.

Agora, parece-me relativamente evidente que o abandono da Associação Nacional de Municípios não será, em princípio, a resposta mais adequada às dificuldades que o Senhor Presidente encontra no acordo e no teor do acordo. Por várias razões, primeiro: a Associação Nacional de Municípios não dá um parecer, que pode ser pedido, ou não, pelos promotores do pacote legislativo, relativamente àquele mesmo pacote de descentralização, parecer esse que não vincula os seus associados. Este é o primeiro ponto, ou seja, o Município do Porto não fica vinculado pelo teor daquele parecer, sobretudo, como tem feito o Senhor Presidente saber, se se discorda do teor do parecer e se se discorda do teor da proposta. Para além do mais, Senhor Presidente, é na Associação Nacional de Municípios que, provavelmente, deve primeiramente suscitar a questão,



analisando várias, como, por exemplo, se houve uma avaliação sobre os estatutos dessa Associação e, por exemplo, se a Direção Nacional poderia vincular a Associação, dando o prazo, que diz ter dado aos municípios seus associados, para se pronunciarem. Isto foi avaliado, não foi avaliado?

Se o Senhor Presidente conseguiu encontrar interlocutores que, juntamente consigo, também discordam da proposta que está neste momento a ser discutida, e referiu aqui o Senhor Presidente de Vila Nova de Famalicão e o Senhor Presidente de Vila Nova de Gaia, não haverá aqui uma possibilidade institucional de suscitar a questão com os associados nos plenários da Associação Nacional de Municípios, nos quais podem participar para precisamente discutir esse parecer que foi dado? Ou seja, a nossa questão é exatamente a seguinte, Senhor Presidente, em que medida acha que o Porto fica melhor servido, saindo da Associação Nacional de Municípios do que ali se mantendo, tentando discutir ali, naquela sede, as questões sobre o funcionamento da própria Associação e o teor do parecer?

E isto Senhor Presidente não faz com que o Município do Porto possa, juntamente com os municípios da Área Metropolitana ou de forma isolada, suscitar novamente as questões”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** interveio, dizendo: “Relativamente ao processo de descentralização, como eu já disse, traremos aqui o nosso pensamento e os projetos de deliberação que entendamos, depois de irem a reunião de Câmara.

Queria ainda assim dizer-lhe o seguinte, nós temos bem a ideia do que está a decorrer. O Município de Gaia anunciou, hoje, que este modelo de descentralização pode ser um presente envenenado e como é do Partido a que Vossa Ex.<sup>a</sup> pertence e como, para além disso, a presença da Área Metropolitana, e não só, é permanente, compreenderá que a reunião de quarta-feira da Área Metropolitana será seguramente mais interessante do que estarmos aqui a antecipar questões.

Dizer ainda assim que compreendo a sua dificuldade, a Associação Nacional de Municípios é, de facto, uma Associação presidida pelo Partido Socialista, que pouco ou nada liga àquilo que são os municípios que, por acaso, é onde há uma maioria independente, mas não queria, neste momento, ater-me muito a esta matéria. Dizer apenas que pedirei que a carta que eu escrevi ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios



seja entregue ao Senhor Presidente da Mesa para ser distribuída aos Grupos Municipais aqui presentes. Tenho a certeza que os Senhores concordarão com as nossas preocupações, se de facto estão, como eu acredito, interessados na descentralização. E aqui faço um elogio ao PS Porto, que sempre tem também exigido essa descentralização, mas é tempo de nós assumirmos consequentemente aquilo que queremos, porque se a Associação Nacional de Municípios está a fazer algum frete, não vai fazer fretes com a nossa participação, fará fretes sem a nossa participação. Pelo menos, este é o meu entendimento e acho que isto não fere de morte nenhum dos entendimentos que temos tido.

Sobre a questão de uma resolução, proposta pela CDU, que foi aprovada, por unanimidade, eu escrevi a carta à Associação Nacional de Municípios, como Presidente de Câmara, exatamente porque depois de ter sido aprovada, ainda nós não sabíamos disto, eu não podia deixar de dar nota que isto não coincide com aquilo que são as legítimas expectativas das forças políticas do Porto, representadas no seu Executivo, do qual o PS faz parte. Mas acho que este tema, de facto, é um tema que deixaríamos, se não se importam, para outro tempo.

Relativamente ao acesso à habitação, que é uma obrigação constitucional, queria dizer o seguinte, é bom termos a noção que desde 2009 o investimento do Estado Central em habitação foi zero, ou seja, ao longo de uma década, praticamente investiu zero.

É verdade que, com este Governo, com o Ministério do Ambiente e com a Secretaria de Estado da Habitação, aliás, a Senhora Secretária de Estado ainda esta semana cá esteve no Porto, tivemos oportunidade de a ouvir falar sobre o assunto das “ilhas”, tem-se feito um esforço para recuperar politicamente a iniciativa que é necessária, por parte do Estado Central, o qual os municípios devem acompanhar e, no nosso caso, iremos seguramente acompanhar. Ficamos satisfeitos que o esforço deixe de ser apenas dos municípios, portanto, queria dar nota disso.

Agora, aquilo que nós vamos fazer, sem nenhuma discórdia relativamente a algumas das propostas que o Partido Socialista apresentou em campanha eleitoral, que não são sequer tão diferentes das nossas, é o seguinte: nós contratualizamos externamente o estudo para fazer a avaliação da equação económica da utilização de terrenos municipais que possam ser colocados no mercado a renda controlada. Esse estudo foi adjudicada à BDO e está a ser avaliado.



Como sabe, porque foi público, contratamos também o Prof. Alberto Castro, que conhece muito bem, no sentido de ele, de alguma maneira, auxiliar o Município, a estudar os vários pacotes que existem, no sentido de percebermos como é que nós podemos articular as várias linhas que o Governo veio a abrir no projeto que se chama Primeiro Direito, que nós, basicamente, achamos muito bem e com o qual concordamos, mas, não tenhamos dúvidas, isto insere-se também naquilo que é a essencial discussão do PDM, porque muitos dos terrenos que são identificados como terrenos municipais, e infelizmente não são assim tantos, tem dois tipos de problemas, isto é, alguns deles estão classificados como equipamento e nós temos que ter uma discussão no âmbito do PDM, em que a Assembleia Municipal participa, para perceber quais desses terrenos deverão ficar como equipamento ou poderão ser reutilizáveis para habitação e outros que, em determinadas zonas da cidade, acreditamos que são suscetíveis de uma maior densificação.

E que não se faça aqui um grande drama acerca de densificação. Hoje, no Foco, por exemplo, não seria possível construir à luz do atual PDM, porque a densidade do Foco é, salvo o erro, 2.0 quando o PDM prevê um máximo de 0.8 e não nos parece, sinceramente, que o Foco, na sua globalidade, seja alguma coisa que ofenda o nosso pensamento estratégico sobre a cidade.

Portanto, se nós temos um recurso escasso, que é o terreno, compreenderá o Senhor Deputado, esse assunto foi também por nós levantado em campanha eleitoral e foi amplamente debatido, que é também em sede de PDM que nós temos que tentar maximizar a utilização daquilo que é um recurso escasso, seja reafectando o equipamento para habitação, que se calhar hoje é mais necessário, seja a nível do PDM. Portanto, este assunto também está a ser pensado.

Queria também dizer-lhe, sobre a questão do turismo, é verdade que nós reconhecemos que há hoje uma pegada turística mais intensa, toda a gente o reconhece e, por isso, nós temos vindo a tomar medidas naquilo que está ao nosso alcance. Por um lado, a criação da taxa turística, Lisboa estava a usar a taxa turística para promover o turismo e agora aderiu a esta nossa ideia de usar a taxa turística para reduzir ou para mitigar a pegada, portanto, parece-nos que a nossa ideia não estava mal pensada. Tomamos medidas a nível do transporte turístico, nomeadamente dos Hop-On Hop-Off e dos Tuc Tuc e estamos também a trabalhar no transporte ocasional de passageiros, que foi discutido outro dia em reunião de Câmara. Portanto, nessa matéria, nós temos feito alguma coisa,



temos feito algum trabalho, mas precisamos de ir mais longe e ir mais longe passa também por medidas descentralizadoras.

Algumas das medidas que há uns anos atrás foram decididas, se calhar pela melhor das razões, por modelos de simplificação ou de desburocratização, impedem que hoje os municípios tenham ao seu dispor instrumentos, nomeadamente o licenciamento de alojamento local. Devo dizer que eu não diabolizo o alojamento local, bem pelo contrário, considero é que os municípios deveriam ter um instrumento, em termos de gestão, que lhes permitisse planear o alojamento local, que em determinadas áreas da cidade, se calhar, hoje, eram altamente convenientes, porque continuariam a ajudar a reabilitar partes da cidade. Haverá outras zonas da cidade em que claramente, neste momento, já não se justifica, porque há um sobrepeso e isso tem impacto, como compreende, no mercado da habitação.

Compreendo também aquilo que diz relativamente à suspensão dos despejos, mas devo dizer-lhe que, se a ideia de limitar o aumento de rendas é matar o mercado de arrendamento, aquilo que acontecerá, no futuro, é que não haverá arrendamento disponível. E foi isso que sucedeu, foi isso que levou a que gerações de portugueses, da minha geração e dos mais novos, tivessem que adquirir habitação, e eu não vejo que o Estado tenha recursos disponíveis para dar, hoje, a ajuda que deu no passado e que fez com que muitos portugueses tivessem adquirido habitação com juros bonificados, através de financiamento do Estado.

Compreendendo que possa haver iniciativas temporárias, chamo a atenção que o mercado não se regula assassinando, portanto é preciso ter a maior das prudências nesta matéria, porque se acabarem com mercado de arrendamento não resolvem coisa nenhuma. Mas isto é o meu pensamento sobre esta matéria, só que nós, nessa matéria, não temos competências, Senhor Deputado, isso são competências do Estado Central. Se o Estado Central até agora não pôs dinheiro, se o Estado Central não permite que os municípios regulem o realojamento local, sabendo o impacto que isso tem, compreenderá que os instrumentos que nós temos são pequenos. E aqui falo também em descentralização, porque esta descentralização não custa dinheiro. Descentralizar competências no licenciamento do alojamento local, sabe quanto custa? Custa absolutamente zero. É que há muitas medidas de descentralização que custam zero. Sabe o que é que custa? Custa a honra daqueles que querem que tudo seja resolvido em Lisboa, mais nada. Nós não queremos uma descentralização só para ter dinheiro, o Município do Porto



não precisa, mas também não queremos que nos mandem as contas para pagarmos. Nós queremos que nos deem competências políticas, para que nós, em conjunto, possamos tomar medidas. Medidas que podíamos transmitir para o PDM e a questão do alojamento local, logicamente, devia estar no PDM e hoje não pode estar. Porquê? Porque se inventou um modelo de simplificação. Portanto, nesta matéria, talvez os partidos políticos possam ajudar-nos no Parlamento. Nesta matéria e noutra questão, aliás, estamos a fazer um estudo de alteração legislativa relativamente aos direitos de opção, que têm sido sucessivamente frustrados. São matérias em que nós gostaríamos de ter mais competências e talvez aqui estejamos de acordo.

Quanto à questão do património cultural, basicamente, estou de acordo consigo. Nós sabemos que o património cultural atrai turismo e nesse aspeto o turismo é importante para manter a sustentabilidade do património cultural, mas, ao mesmo tempo, o turismo também exerce uma grande pressão sobre o património cultural. Mas chamo a atenção que, e sei que estive na conferência e ouviu a antiga Diretora da Unesco falar sobre qual é o principal problema que hoje pesa sobre o património cultural, de facto, as questões do ambiente e das alterações climáticas são matérias que nos devem preocupar sobremaneira, mas estou absolutamente de acordo consigo quanto ao património cultural, tema que muito nos interessa.

Sobre limpeza, eu já falei, mas já agora alguns números porque me pediu. Sobre o aumento dos resíduos, comparado com período homólogo, o aumento foi de 3% no indiferenciado e 10% no reciclado, o que é um bom número, ou seja, nós estamos a crescer muito no reciclado e isso é um bom sintoma em termos de sustentabilidade. Claro que nós gostaríamos de não ter um acréscimo, mas é bom que o indiferenciado esteja a crescer muito menos do que o reciclado, isso é um grande sintoma para a cidade e faz parte de um objetivo de sustentabilidade.

Já agora, sobre os elementos que disse e sobre o reconhecimento de alguns problemas, passaram para a Câmara cerca de 55% dos circuitos, ou seja, houve um acréscimo de vinte e sete novos circuitos que deixaram de ser feitos pelos anteriores concessionários e estão ser feitos neste momento pelo Município. Compreenderão que é aqui exatamente que nós precisamos de fazer os ajustamentos que diz. Isto não é uma matéria, e o Senhor Deputado, que estive à frente deste serviço, sabe que isto não é uma ciência exata, isto vai sendo aperfeiçoado e é por isso que eu acredito que em outubro as condições serão muito mais interessantes do que são hoje”.





**O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD)** deu nota que: “Sobre a questão da da pré-decisão da saída da Câmara Municipal do Porto da Associação Nacional de Municípios reservamo-nos naturalmente também, a exemplo do que agora nos pediu o Senhor Presidente, para discutir esse assunto mais tarde, até porque julgo que se trata de uma matéria que virá necessariamente à Assembleia Municipal. Portanto, com outros dados e com outro conhecimento de causa teremos, naturalmente, uma discussão mais aprofundada desta matéria e reservamos uma posição para esse momento.

Eu gostaria de abordar três pontos. Senhor Presidente, quando disse que, desde 2009 o Estado investiu zero na habitação aqui no Porto, eu gostaria só de dizer que, numa breve pesquisa «googliana», descobri que, pelo menos, no tempo do Doutor Passos Coelho, em pleno período da Troika, houve três Bairros do IHRU que foram recuperados no Porto – o Bairro Novo de Paranhos, o Bairro Leonardo Coimbra e um Bairro em Ramalde – com um investimento superior a três milhões de euros. Portanto, em tempos difíceis, em matéria de habitação, as coisas não foram exatamente como o Senhor Presidente disse. Eventualmente, depois, outros paladinos da habitação social foram menos empenhados na solução desses problemas.

Eu gostaria de abordar neste período três assuntos, um já foi abordado por todas as forças políticas que me antecederam e tem a ver com o lixo na cidade. Eu acho que é inequívoco que tem havido um agravamento das condições de limpeza da cidade e isso nota-se nos ecopontos, nos contentores e também, por exemplo, na enorme bicharada que tem aumentado na cidade, quer ratos, quer gaivotas, estando o problema quase a transformar-se no símbolo da cidade. Felizmente não são sinal de tempestade no mar, mas são, sobretudo, sinal de lixo em terra. Acho que isso é um sinal do estado de degradação da limpeza da cidade.

E sobre isso eu gostaria de dizer que, lamentavelmente, a Câmara tem grande responsabilidade no agravamento do estado de limpeza da cidade. Não vou aqui recordar o percurso sinuoso da estratégia da Câmara em matéria de lixo, que mudou radicalmente de 2016 para o final de 2017, isto é, começou com o lançamento de um concurso que durou muito para além daquilo que era previsível, mais de um ano, com vicissitudes concursais, até que, quando estavam prestes a terminar as atuais concessões, foi decidido fazer um aditamento os contratos de concessão para assegurar a presença dos concessionários da recolha de lixo e da varredura por mais oito meses, de abril até ao final de



2017, e já depois disso, no final de novembro de 2017, foi decidido revogar esse concurso.

É curioso que essa decisão teve lugar oito dias depois de uma Assembleia Municipal em que o Senhor Vereador do Ambiente dizia que tudo se mantinha na mesma e que não havia alterações estratégicas, mas passado uma semana houve uma reunião de Câmara em que a decisão de internalizar os serviços foi tomada e o certo é que dali para cá o que aconteceu foi um novo aditamento ao contrato de concessão, contrato de concessão esse que, tanto quanto julgamos saber, não termina em outubro. Eu penso, e tenho quase a certeza do que estou a dizer porque os estive a consultar, que os contratos terminam em 8 de agosto, ou seja, no dia 8 de agosto a Câmara vai reassumir todas as concessões que existem atualmente, com a internalização total e plena e não apenas aquilo que estava preconizado inicialmente, que eram os serviços de recolha seletiva de todos os indiferenciados, a varredura e a recolha dos resíduos.

Portanto, a meu ver, como já foi aqui adiantado pelo Senhor Presidente, o problema é que, neste último aditamento ao contrato, ficou prevista uma redução progressiva ao longo dos meses de duração do último aditamento da intervenção dos concessionários privados, ou seja, a informação que eu tenho, recolhida hoje, é que, por exemplo, a recolha é hoje feita em cerca de 20% do que tinha inicialmente o contrato de aditamento e, por exemplo, no que respeita à limpeza das ruas é hoje 70% inferior àquela que estava prevista inicialmente. Portanto, nós estamos a falar de um aditamento em que a ideia que se transmite é que há aqui uma imagem de alguma responsabilidade por parte das concessões privadas, não sei se com o intuito de demonstrar que essa não é a solução para a cidade, mas o problema é que o que se revela é o contrário, é que a Câmara não está a demonstrar ter capacidade para assumir a internalização destes serviços a partir de agosto deste ano. Portanto, a preocupação que nós queríamos deixar aqui expressa é justamente sobre isso, de facto os indícios são muito negativos e é importante dizer também que a internalização é penosa, porque a Câmara perdeu *know-how* e perdeu capacidade de fiscalização.

A Câmara, desde pelo menos 2009 e durante grande parte do tempo, manteve o controlo da recolha do lixo e da varredura em pelo menos um terço da cidade, portanto, não há motivo nenhum para que não tenha especialização, não esteja preparada para assumir os serviços que agora assume que irá internalizar. Gostaríamos também de deixar aqui a nossa preocupação perante esse processo.



O segundo tema tem a ver, em primeiro lugar, com obras exteriores no Bairro do Regado, que estavam a cargo, creio eu, da Águas do Porto ou da DomusSocial, que são obras de arranjo de passeios, arruamentos e jardins. O Bairro do Regado tem cerca de 23 blocos, onde moram cerca de mil e quinhentas pessoas, e o que acontece é que as obras estão paradas há, pelo menos, um ano, com valas abertas, com montes de terra por utilizar, isto é, um ano de obra parada. Eu sei que o adjudicatário desta obra faliu, era a Soares da Costa, mas eu acho que já houve tempo para rescindir o contrato e readjudicar. Eventualmente, atendendo até à urgência do assunto e à perigosidade que representa, conseguia-se fazer algum ajuste direto. É verdade que ainda não temos o novo código dos contratos públicos em vigor, mas eu penso que as situações em que há incapacidade dos empreiteiros para executar os trabalhos que estão adjudicados deve merecer atenção e no caso já vem, pelo menos, desde o mandato anterior a paragem desta obra.

O último ponto tem a ver com uma supressão de trânsito que se verificou na Avenida Paiva Couceiro e na Avenida Gustavo Eiffel. É verdade que essas Avenidas servem muito poucas residências e poucos serviços, mas são sobretudo Avenidas que eram um instrumento de passagem muito importante da zona oriental para a zona ocidental e vice-versa. Eu, francamente, acho que não se resolve os problemas de mobilidade na cidade eliminando ruas ou cortando as ruas e o facto é que o trânsito que se fazia por ali vai-se fazer por outro lado e as vias que constituem uma alternativa a estas avenidas, são vias que, em rigor, ainda não estão feitas, são aquelas vias que haveriam de ser feitas por força da nova ponte. O que se passa neste momento, é que todo esse fluxo de tráfego, que antigamente se fazia por ali, está a fazer-se agora ou pela Rua do Freixo, onde, como se sabe, não se conseguem cruzar dois veículos pesados, para além da forte inclinação que tem, canalizando o trânsito para a Via de Cintura Interna. Aquilo que se fazia da zona oriental para a Baixa do Porto em cinco minutos, faz-se hoje em vinte cinco minutos, agravando as condições de circulação de todas as outras pessoas que utilizavam essas vias.

Aquilo que nós queríamos saber é se foi feito algum estudo quanto à sobrecarga que esse corte de trânsito tem para as restantes vias de tráfego da cidade; qual é o reforço do transporte público que está adjacente a isto.



Chamo a atenção para a circunstância de que este tráfego não é um tráfego que se faz para a Ribeira para lá ficar, isso podia ser eventualmente resolvido com transporte público, o problema é que este era um tráfego sobretudo de passagem do Ocidente para Oriente da cidade. É evidente que o princípio aqui será preservar a Zona Histórica, preservar a zona da Ribeira, eu compreendo esse princípio, mas eu acho que, com tanto trânsito cortado, está a transformar-se o Centro Histórico para servir, pura e simplesmente, os turistas e não as pessoas do Porto que dele necessitam de fruir e de chegar o melhor possível.

Nós gostaríamos também de saber se nesse estudo foi contemplado, por exemplo, algum reforço dos meios de transporte coletivos e se já há algum indício de que isto é para ficar assim para sempre ou se se prevê, como aliás consta na zona, que será mesmo para, com a nova ponte, se cortar definitivamente essas vias”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** esclareceu: “Relativamente à questão das obras que foram feitas pelo IHRU, quando eu disse que o Estado não pôs um tostão, creio que tinha sido claro que é em nova habitação. Com certeza que andou a pôr telhas e janelas. Nova habitação, Senhor Deputado, desde 2009 nenhum Governo construiu nova habitação, e é por isso também que existe hoje uma situação de pressão, quer sobre a habitação social, com pedidos sucessivos, quer também sobre o mercado, porque o Estado abdicou da nova habitação. Agora, eu não sei quanto é que o IHRU investiu, admito que tenha investido três milhões de euros ou dois milhões de euros, nós investimos muito mais, todos os anos, só na manutenção e investimos nos novos cerca de oito milhões de euros, mas isso não é em nova habitação e já não estou a falar de grande reabilitação.

Queria ainda assim dizer que é bom termos a ideia que no Porto cerca de 13% da sua população vive em habitação social. O Senhor Primeiro Ministro anunciou que o seu objetivo para 2024 é ter 5% da população portuguesa a viver em habitação social, o que é um objetivo ousado. Portanto, nós, na cidade do Porto, temos bastante mais habitação social do que a média nacional, muito mais. É evidente que também é aqui que nós mais necessitamos, porque logicamente temos aqui uma pressão adicional pelas circunstâncias da cidade que todos conhecemos. Se o Porto tem este volume de habitação social,



que, como digo, é quase três vezes aquilo que é o objetivo para 2024, é porque a situação sócio económica do Porto, historicamente, é diferente de outras zonas do País e, portanto, a situação para nós é mais preocupante.

Sobre a questão da limpeza, eu não gosto nada de falar do passado, do que nós cá encontramos, e muitas vezes aqui a CDU chamou a atenção para o assunto e eu sempre disse que o que estava, estava, e que a nós só nos competia compreender que, num determinado momento, as coisas foram feitas como foram pelas melhores das razões de quem cá estava.

Nós encontramos uma situação muito má e muito cara. Basta pensar que a limpeza em 50% do território custa 4,5 milhões de euros e nós vamos fazer por cinco milhões de euros 100% do território, de acordo com o novo concurso. Nós prevemos que o concurso seja adjudicado em agosto, mas pode haver litigância, como sabe, se houver litigância nós tudo faremos por ajuste direto, ao vencedor com o melhor preço, mas é normal que, por prudência, se diga, isto só entra em velocidade de cruzeiro passado dois ou três meses. Aliás, foi o que aconteceu, como sabem, em Matosinhos, apenas para falar num caso em que as coisas correram mal.

Já falei dos circuitos que passaram para a Câmara e quero dizer o seguinte, isto para a SUMA, da Mota-Engil, empresa com quem a Câmara tem excelentes relações, e para a Recolt foi um excelente negócio.

Para o Município do Porto, a meu ver, acho que estamos a fazer um melhor negócio do que aquele que foi feito anteriormente. Apenas direi isto, porque entendo que esta Assembleia Municipal não deve ser um ponto de julgamento de quem cá esteve antes de mim. Eu respondo por mim, agora, acho sinceramente que se o Senhor Deputado quer insistir nesse tipo de discussão, isso acaba por não ser útil.

Esta é uma situação que nós não podemos ignorar, portanto, não me parece muito útil estar a fazer a sua reavaliação histórica. Não tem sido o meu papel aqui fazer isso e não queria fazê-lo. Agora, também não quero propriamente que se imagine que nós herdámos uma situação maravilhosa e que estamos a estragar tudo, porque de repente resolvemos alterar o paradigma. Sinceramente acho que não devemos entrar por aí.

Quanto ao Regado, o que acontece é que as obras no Regado, que foram feitas em duas fases, tinham, como sabe, fundos comunitários e subitamente, a Soares da Costa, que concorreu com o melhor preço e ganhou, viu-se incapaz e, de repente, deixou de fazer



a obra. Portanto, foi preciso proceder a uma rescisão e, como tem fundos comunitários, teve que se lançar um novo concurso, que está a decorrer e vai ser feito.

A mim também me incomoda imenso, quando lá vou e percebo que para aquela população que lá vive ter aquilo tudo esboroado e em mau estado é péssimo. Aliás, eu fui a eleições com aquilo naquela circunstância e não ganhei lá muitos votos. Portanto, tem toda a razão, é mau.

A contratação pública é assim e nós temos que nos submeter à contratação pública. Adjudicamos ao melhor preço, as empresas, apesar de estarem em grandes dificuldades, conseguem a acreditação necessária para concorrer e é o que nós vivemos. Podia alterar-se a contratação pública prevendo este tipo de circunstâncias? Se calhar. Ou podíamos nós passar diretamente para o segundo classificado? Se calhar. Mas não é o que diz a contratação pública. Como sabe naquele concurso não podíamos. Hoje em dia, já há modelos alternativos, naquela altura não havia, para mais tendo fundos comunitários. Mas eu estou de acordo consigo, aquilo é um problema que nós ali temos.

Sobre as gaivotas, eu sei que há aí uns especialistas que sabem como é que se acaba com as gaivotas. Eu não sei, confesso, que não sei. Sei que até houve uma cidade que contratou uns caçadores para dar uns tiros nas gaivotas, salvo erro foi Angra do Heroísmo ou pelo menos foi na Ilha Terceira. A Senhora Deputada Bebiana que não apoiaria isso com certeza e os cientistas, até hoje, ainda não conseguiram encontrar uma forma escorreita de resolver o problema das gaivotas que invadiram os centros urbanos e estão a invadir o interior.

Claro que, quanto melhor limpeza e quanto menos lixo houver menos gaivotas haverá, mas nós estamos com um problema de diversidade, que está a ser posto em risco pelas gaivotas, há quem diga até que o desaparecimento dos pardais se deve claramente ao crescimento da população das gaivotas. Nós sabemos qual é o efeito das gaivotas nos planos de água, mas até agora ainda não vi uma solução científica que nos ponha a salvo daquilo que foi um animal muito simpático, mas que se transformou numa praga.

Sobre a questão da Gustavo Eiffel e da Paiva Couceiro, sim, nós entendemos que aquilo que nós pretendemos é, de facto, reduzir o trânsito de atravessamento no Centro Histórico, e é por causa dos cidadãos do Centro Histórico.

Nós queremos diminuir o tráfego e estudamos fazer ali aquilo a que se chama tráfego de maré, e creio que tem corrido bem. Portanto, não tem nada a ver com a nova ponte e com os acessos à nova ponte que estão a ser trabalhados, como bem sabe.





Mas, quando estiver pronta a nova ponte e os novos acessos já haverá um novo Presidente da Câmara, que, nessa altura, pode alterar, se quiser, o tráfego de maré na Gustavo Eiffel e na Paiva Couceiro. Suspeito que não vai alterar e também não acredito que pedonalize tudo, mas isso já serei eu como cidadão anónimo”.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** referiu que: “Relativamente a este ponto nós temos quatro questões e comentários.

Começava pela taxa turística, o Senhor Presidente comunicou-nos aqui que, até este momento, o valor obtido com esta taxa estaria próximo dos 555 mil euros. Aproveitava para questionar, tendo em conta o objetivo que foi veiculado de esta taxa ser mitigar a pegada turística, se a Câmara Municipal já tem planos concretos sobre de que modo irá aplicar a verba obtida.

O segundo aspeto, sobre os projetos de requalificação e beneficiação de pavimentos e de acessibilidades, que nos foram fornecidos nos documentos, aproveito para dar nota que continuamos com um número bastante elevado de passadeiras e passeios que não permitem o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e, neste âmbito, dou nota que a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional das Torres Vermelhas da Pasteleira, que já tive oportunidade de aqui trazer, deu entrada na Câmara Municipal, em 12 de abril, de um abaixo-assinado e que, segundo foi comunicado recentemente por esta mesma Associação, ainda não recebeu qualquer resposta da parte da Câmara Municipal.

Gostaria de aproveitar para congratular o Executivo sobre o investimento que se encontra a fazer ao nível da mobilidade elétrica, considerando, contudo, que está em falta um ponto essencial, que se prende com o reforço para os municípios que já alteraram os seus veículos poluentes para veículos amigos do ambiente e gostaria de ter em conta vários aspetos nesta análise que aqui partilho.

O Executivo já deixou claro que é um objetivo do Município a descarbonização, objetivo que foi aprovado recentemente na aliança Porto-Gaia-Matosinhos.

Neste momento, no Porto, para todos aqueles que possuam um veículo elétrico ou que nos visitam com um veículo elétrico existem cinco locais de carregamento público, mas o serviço destes postos, não só no Porto é verdade, é tão inconsistente que os utilizadores de carros elétricos até já lançaram uma petição para que os carregamentos comecem



a ser cobrados, isto porque acreditam que realmente se passarem a ser cobrados terão um melhor serviço.

Tendo em conta que, na Assembleia Municipal de 29 de janeiro, tive oportunidade de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, conforme consta na Ata, sobre quais os incentivos destinados aos veículos elétricos e o Senhor Presidente da Câmara me ter informado que se encontravam a ser colocados postos de carregamento nos parques de estacionamento municipais e na via pública, há que ter em conta também que estes postos de carregamento que foram instalados nos parques municipais estão, ou parecem estar, destinados na sua totalidade aos veículos municipais. Dizer que esta situação causou descontentamento e frustração nos munícipes que já possuem um veículo elétrico, que são perto de quatrocentos. Uma vez que estes postos estão ligados à rede Mobi.e seria possível partilhar-se alguns com os munícipes num período limitado de tempo que assim se considerasse justo. A nosso ver, esta partilha seria coerente com a informação que o Senhor Presidente da Câmara me disponibilizou nessa sessão da Assembleia sobre não haver benefícios para veículos elétricos nos parcómetros nas ruas, porque era um objetivo tirar os carros da rua, o que nos parece sensato, e direcioná-los para os parques municipais. Consideramos que se beneficiaria aqueles que nos beneficiam a todos nós, uma vez que não poluem o ar que todos respiramos.

Nesse sentido, gostaria de colocar a questão direta de quais serão os incentivos que os munícipes com veículos elétricos terão, pela parte do Executivo Municipal, tendo em vista incentivar-se cada vez mais munícipes a descarbonizar.

Quarto ponto, gostaria de expressar a nossa satisfação por se ter avançado finalmente com as obras de construção do Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto, esperando que daqui a um ano possamos estar todos a comemorar a abertura de um alojamento digno para os animais que são abandonados na nossa cidade e, ao mesmo tempo, aproveitar para lembrar a urgência de se implementar e dar cumprimento à captura, esterilização e devolução ao local dos gatos existentes na cidade, pois sabemos que quanto mais tarde se atuar mais animais proliferarão.

Aproveitar ainda, já que aqui foi trazido o tema das gaivotas, para apelar, e isso tem sido reiterado pelo Executivo, a uma gestão mais eficiente dos resíduos, pois sabemos que os próprios resíduos por si só atraem as gaivotas.

O Senhor Presidente da Câmara há pouco referiu «como é que vamos acabar com as gaivotas?», mas eu prefiro dizer, como é que vamos controlar a população de gaivotas?



Portanto, apelar aqui a um controlo ético, que, como sabemos, pode passar pela remoção dos ovos. Certamente serão encontradas estratégias éticas para este controlo de população. Estamos disponíveis obviamente para colaborar nessa matéria”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** esclareceu: “Sobre a taxa turística, sim, estamos a cobrá-la, mas nós não podemos fazer consignação de receita, isso não é permitido por lei, portanto, ela entra na receita municipal e o que permite é maior capacidade ao Município para fazer o reforço das verbas que são consignadas à atenuação da pegada municipal. É uma questão legal e, portanto, não há outra forma. Sobre as passeadeiras e passeios de mobilidade reduzida, como sabe, nas passeadeiras tem vindo a fazer-se um grande investimento, um investimento continuado, a que já o anterior Executivo tinha dado início.

O maior problema nas passeadeiras, Senhora Deputada, é que, por serem rampas, são sítios extraordinários para o estacionamento de veículos, pois não dão cabo dos pneus. De facto, cada vez que eu vejo que uma passeadeira é reabilitada e são lá colocadas rampas, no dia seguinte passa a ser o estacionamento preferencial de veículos que resolvem parar em cima do passeio, porque aquela rampinha dá cá um jeito para parar os carros. Enquanto assim for, temos um grande problema. Não há policiamento que resolva esta praga que é o total desrespeito pelos cidadãos com problemas de mobilidade na cidade. É um problema terrível.

Sobre a mobilidade elétrica, nós de facto temos carregadores rápidos concessionados na Avenida de França e já foram concessionados os da Praça do Dr. Francisco Sá Carneiro, zona de Velasquez. Quanto àquilo que existe nos parques municipais, é verdade, nós temos muitos carros, os carros do Município são elétricos e estamos a privilegiar os carregadores para os veículos municipais e as vantagens fiscais que nós estamos a dar aos moradores é na redução das avenças. Portanto, para lhe responder diretamente à pergunta sobre quais são as vantagens que estamos a dar, é a redução das avenças. Queria ainda assim chamar a atenção de uma coisa que é muito importante, há uma redução nas avenças que se aplica aos veículos elétricos, mas seria bom nós tivéssemos consciência que o veículo elétrico continua a ser um veículo. A ideia de que os veículos elétricos vão resolver os problemas da descarbonização não é uma certeza absoluta e, por outro lado, em termos de congestionamento provocam exatamente o mesmo congestionamento. Aquilo que nós precisamos nas cidades é encontrar formas alternativas



de reduzir o transporte individual. Não nos enganemos, até porque suponho que depois vai haver aqui algumas variações, para já a pegada ecológica, como sabe, dos veículos elétricos, há quem diga que ela é extraordinariamente elevada por causa das baterias e dos componentes e, portanto, a ideia de que agora há uma panaceia com os veículos elétricos, nós temos que ter aqui alguma prudência e sei que me acompanha neste pensamento.

Sobre as aves, sim, nós temos um problema grande com as aves, mas o maior problema que temos é com o comportamento da população relativamente a elas. Não há dia nenhum que não veja aves a serem alimentadas pela população. Vêm-se pães a serem descarregados, vê-se milho na Praça da Batalha, aqui atrás, na entrada da Câmara, se vier aqui durante o dia, à hora do almoço, posso garantir-lhe que chegam ali um conjunto de cidadãos com um saquinho e distribuem os pães velhos pelos pássaros. Nós temos, de facto, um enorme problema e daí pedir também ao PAN o auxílio possível para explicar às pessoas que isso não é, de facto, ser amigo dos animais. Até porque, basicamente, o que é que estão a fazer? Estão a criar um combate aéreo entre as pombas e as gaivotas. Portanto, o que nós temos que fazer é mudar os hábitos das pessoas”.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** considerou: “Relativamente ao que de repente se transformou num tema desta Assembleia, a questão do pacote de descentralização, no entender do BE há precipitações várias para um assunto que é demasiado importante e que diz sobretudo respeito às pessoas. Falar de descentralização é falar concretamente daquilo que são funções do Estado, é falar da educação, e é falar da saúde e, mais do que uma descentralização, estamos a falar de uma municipalização de competências e não de uma verdadeira descentralização.

E há precipitações também deste lado. Se a Câmara Municipal do Porto deixar de estar na Associação Nacional de Municípios ficam as pessoas que têm os seus direitos de saúde e de educação órfãs do ponto de vista de quem defenda os seus direitos e o risco é que, daqui a algum tempo, venha o Senhor Presidente da Câmara dizer que o Governo tomou posições com as quais não concordava, mas também abdicou do espaço em que poderia fazer valer aquilo que são as preocupações a trazer à cidade do Porto.



A oportunidade de o discutir aqui é esta, estamos em Assembleia, estão diversos grupos políticos reunidos, portanto, pode o Senhor Presidente levar daqui uma série de perspectivas que poderão, numa perspetiva de esforço conjunto, ir ao encontro daquilo que será uma posição que defende a cidade.

Questões que dizem respeito ao quotidiano da vida das pessoas: mais uma vez a recolha do lixo. Já se discutiu isto sobejamente, as pessoas, aparentemente, estão preocupadas com coisas tão simples como o horário da recolha do lixo. Temos tido indicações de recolhas do lixo a serem feitas às oito da manhã, quando as pessoas estão a levar crianças à escola ou a dirigir-se para o seu local de trabalho, com os obstáculos que isto provoca na rotina matinal das pessoas. Há zonas da cidade onde há recolha do lixo a ser feita de madrugada. Perceber quais são os horários que estão a ser praticados, com que critério e qual é o motivo para isto estar a acontecer desta forma.

Relativamente à questão da degradação evidente, acho que aquilo que é uma preocupação que os grupos políticos aqui trazem devia ser acolhido pelo Executivo não como um ataque, mas como uma preocupação que o Executivo deve partilhar também e, portanto, estar aberto a uma crítica construtiva. O Senhor Presidente dizia que em outubro, eventualmente, a situação estará melhorada, mas a questão é que vem aí o verão, com as temperaturas que o verão traz, e com o que é visível neste momento em várias zonas da cidade, não é só no Centro Histórico, a degradação de limpeza de que estamos aqui a falar pode, inclusive, trazer problemas de saúde pública.

Estamos aqui com alguma ironia a falar da questão das gaivotas, mas essa é, de facto, uma questão grave. Em abril havia notícias de pessoas a serem atacadas por gaivotas que vinham à procura de alimento na cidade e em espaços urbanos e há estudos sobre isto. O CIIMAR, em 2011, fez um estudo, do ponto de vista científico, sobre esta situação e há respostas, por isso, entendemos que, no que toca ao lixo e à limpeza da cidade, isso poderá ser uma ajuda.

Sobre as esplanadas que vemos a proliferar nos passeios da cidade. Já alguns grupos aqui trouxeram a questão da mobilidade pedonal. Parece haver zonas da cidade em que há arranjo do passeio onde imediatamente a seguir é colocada uma esplanada e as pessoas não têm capacidade ou as melhores condições para se moverem.

Relativamente à cimeira sobre o clima, que aconteceu na cidade muito recentemente, queria o BE trazer uma preocupação que tem a ver com alterações climáticas. Tem a ver, por exemplo, com as alterações climáticas comprovadas pelos fogos e pelas secas,



que implicariam um desinvestimento em energias fósseis e uma aposta nas energias chamadas renováveis.

Basicamente, queremos trazer aqui a questão da exploração do petróleo. É uma questão que está na ordem do dia e, como vimos este fim de semana, há uma série de movimentos a tomar posição relativamente a isto. Queríamos saber se o Município do Porto foi ou não chamado a tomar posição, não tendo sido se entende procurar fazê-lo e, se entender fazê-lo, com que posição relativamente a esta situação na costa do País.

Outra questão muito concreta: consulta pública do regulamento do parque habitacional da cidade. Está aberta a consulta pública, se não estou em erro até ao dia 7 de agosto. Perguntamos se a DomusSocial vai tomar medidas, que medidas concretas é que vão ser tomadas para chamar os moradores dos bairros sociais a participar efetivamente, para que essa consulta pública não seja um mero cheque numa lista de procedimentos inerentes a uma revisão deste regulamento e seja de facto devolvida à cidade. Preocupa o BE a época do ano em que isto está a ser feito, estamos em julho, há muitas pessoas que poderão ter a sua capacidade de resposta condicionada pela altura do verão, mas queríamos saber o que é que a Câmara fará relativamente a uma ampla divulgação da iniciativa.

Uma pergunta também relativamente a uma recomendação do Bloco de Esquerda, trazida a esta Assembleia, relativamente à tarifa social. Julgo que é a terceira vez que perguntamos e voltámos a perguntar quando começará a ser aplicada. Foi dito anteriormente que está a ser feito um estudo de impacto financeiro. Já foi feito? Ainda não? Quando é que vai passar a ser aplicada?

Ainda na ordem do dia tem estado os maus tratos, a nível nacional, a animais. Não tem expressão no Porto aquilo que se passa relativa à não cessação das touradas no País, mas foi trazida a esta Assembleia, concretamente pelo PAN, uma proposta relativamente a maus tratos aos animais, neste caso em relação às atividades circenses. Na altura a proposta era estudar a possibilidade de vir a impedir o licenciamento. Gostaríamos de saber se, pelo menos, já se conseguiu estudar a possibilidade de o fazer, pois já passaram uns bons meses”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** disse: “Sobre a questão da Área Metropolitana do Porto falaremos do assunto mais tarde.





Mas já que estamos a falar na Associação Nacional de Municípios, ela não nos perguntou nada sobre o petróleo, não nos perguntou nada sobre as touradas, não nos perguntou nada, portanto, talvez seja mesmo bom, para podermos endereçar esses assuntos, nós sairmos da Associação Nacional de Municípios e passarmos a tomar posições aqui. Isso só vem dar razão ao que eu digo, eu não sei que informações é que a Associação Nacional de Municípios deu ao Parlamento ou ao Governo sobre essa matéria, eu tenho a minha opinião, que é pública, quer sobre o petróleo, quer sobre as touradas.

Sobre a questão da consulta pública da DomusSocial, está a decorrer, mas não sei dizer exatamente como. Não me parece, infelizmente, que as pessoas que vivem nos nossos bairros sociais encontrem no verão grande tempo para irem para longe passar férias, portanto, espero que ela decorra com toda a normalidade.

Quanto à recolha do lixo, eu compreendo o que diz, mas repare, nenhuma hora é boa para fazer recolha do lixo, à noite não é bom, e sempre houve uma tradição de o fazer à noite, de manhã também não é bom, e à tarde garanto-lhe que também não é bom. Portanto, nós temos aqui um problema de gestão de recursos, que não é objetivamente muito fácil de coadunar com aquilo que são os usos das cidades. A verdade é que nós temos cá hábitos de fazer mais recolha de resíduos do que outras cidades ou outros países, muito mais. Noutras cidades europeias tem-se vindo a reduzir a recolha sucessivamente, até em Lisboa, como sabe, e nós temos ainda por hábito fazer este tipo de recolhas. Compreendemos que, de vez em quando, é uma maçada, mas não vejo muito bem como é que nós, com os recursos que temos, poderemos encontrar o horário indicado para fazer ou para não fazer recolha de resíduos. É aquilo que eu lhe posso dizer enquanto cidadão e não sei exatamente o que é que a Empresa Municipal possa pensar sobre o assunto.

Sobre as gaivotas, houve hoje mesmo uma reunião com o CIIMAR. Nós estamos a tratar com o CIIMAR no âmbito metropolitano, portanto, a questão de combater o problema das gaivotas é um problema que nós entendemos que deve ser visto, e tem sido visto, a nível metropolitano e creio que nos acompanha nesse pensamento de estratégico. Naturalmente que o CIIMAR terá um conjunto de sugestões, mas eles próprios não têm ainda soluções definitivas. Há países com situações muito piores, países com recursos muito maiores, o caso da Irlanda é um problema gravíssimo, talvez o problema mais grave. Na Irlanda, neste momento, as gaivotas percorrem todo o território, de costa a costa, e não se consegue saber muito bem o que é que se pode fazer.



O jornal Público trouxe há tempos um artigo aprofundado sobre essa matéria, salvo erro na semana passada. Este é um problema das cidades. As cidades estavam habituadas a lidar com os ratos, hoje em dia as gaivotas comportam-se como ratazanas voadoras e, portanto, é um problema que as cidades vão ter de encarar, mas eu não lhe sei dizer mais do que isso”.

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Gouveia** interveio para: “colocar três questões e abordar aquilo que o Senhor Presidente quer, a Ordem do Dia, isto é, a «Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara».

Lixos: já tudo foi dito. Eu, como Presidente de Junta, também era um dos que me queixava, porque as reclamações são muitas efetivamente.

No sábado passado, tive o gosto de assistir, a convite da nova empresa Porto Ambiente, no Palácio de Cristal, a uma intervenção do Senhor Vereador e, numa conversa informal que tive com a Administração da empresa, percebi o que é que está em movimento. E percebendo o que está em movimento e aquilo que me disseram, eu fiquei tranquilo. Muitas vezes é isto que falta, é a informação do que a Câmara está a fazer, e disse-lhes que os Presidentes de Junta também têm que saber porque são eles que enfrentam a maioria das reclamações. De modo que, o que vem aí e já está a começar a ser implementado, acho excelente e estou convencido que as coisas vão melhorar. Já não tenho tanta certeza para a falta de civismo que há um pouco por toda a cidade. Aí a nova Empresa tem que atacar, fazendo sensibilização, fazendo pedagogia.

Estacionamento: os meus queixumes eram muitos. Eu vivo na zona do Foco e o Foco, para mim, é zona da freguesia que me diz o que é que está mal ou o que está bem. O que me dizem os outros lados, no Foco é potenciado, precisamente porque eu vivo lá, e há ali um grupo de pessoas muito reivindicativas.

O estacionamento no Foco, nos últimos três anos, era uma vergonha. Os carros vinham de manhã por volta das oito horas, saíam às sete da tarde e não havia movimento nas lojas porque já ninguém lá ia, e continuam a não ir lá comprar, porque não sabem o que é que mudou.

Em boa hora, e também por pressão minha, a Vereação da Mobilidade, a Doutora Cristina Pimentel, colocou lá a chamada zona quarenta e quatro e devo-vos dizer uma coisa, eu próprio fiquei admiradíssimo, mal começou a contagem e o pagamento do estacionamento, uma semana depois, o Foco estava com mais de metade dos lugares vazios. O



que é que isto significa? Que eram pessoas que vinham de longe, trabalhavam em vários sítios da cidade, colocavam lá a viatura e aquilo era um parque de estacionamento a céu aberto.

Terceira questão importantíssima, que pouco aqui foi falada, o novo programa Rua Direita. Eu estou na política autárquica desde 2001 e uma coisa que sempre me fez espécie eram as chamadas ruas antigas, ainda com empedrado. Eram o parente pobre, nunca havia obras para lá. Agora dei conta de um projeto que, em boa hora, a Câmara lançou para colocar no PPI – Plano Plurianual de Investimento. Em quatro anos, se tudo correr bem, e nunca se sabe se vai correr bem, as pessoas esquecem-se que a legislação é tremenda, vão começar com os concursos. Eu próprio, às vezes, com um concurso de 60 ou 70 mil euros ando um ano para o lançar.

Mas dizia eu, 88 arruamentos, quinze quilómetros de via, dessas vias que são ruelas antigas, pequenas, mas importantes, e 20 milhões de euros de investimento, ou seja, pela primeira vez, desde há muitos anos, essas ruas também vão ter renovação e reabilitação.

Terminando, nos grandes desígnios, por aí parece que não há incomodidade, as coisas estão a funcionar e por aí estamos confortáveis. A cidade tem, nestes últimos anos, sobretudo neste mandato, já a importância de uma nova ponte, o Rosa Mota, o Intermodal de Campanhã, o Matadouro, o Mercado do Bolhão e uma série de obras. Estamos felizes”.

**O Senhor Deputado André Noronha (RM)** referiu que: “Já tudo foi dito, então da limpeza o que já se falou hoje, mas eu tenho que deixar aqui uma nota, se me permitem até mais pessoal, relativamente a esse assunto da limpeza, porque, como cidadão anónimo, fiz chegar aos serviços uma fotografia, via WhatsApp, de um contentor cheio, identificando a rua, e tive a agradável surpresa que na tarde desse dia, a rua estava limpa, o contentor estava esvaziado, e o equipamento que estava danificado foi substituído.

Isto para dizer o quê? Para dizer que, neste período de adaptação que se vive, e porque assim foi dito, primeiro, a Câmara agradece que os munícipes, cada um de nós que está lá fora, façam essas denúncias, que lhes apontem as deficiências específicas que encontram no terreno e não dizer apenas, isto está muito pior, isto está cheio de lixo. Digam, porque eu sei que os serviços agradecem que se diga, que na Rua de São Bento da Vitória, em frente ao número 39, está um equipamento danificado. A Câmara agradece



e atua em conformidade. Portanto, o grande empenho que os serviços camarários estão a ter, relativamente à limpeza, neste período de adaptação, é de louvar, e este pedido, que eu sei que eles fazem, deve ser correspondido com a nossa participação cívica e da população em geral.

A segunda nota que queria aqui deixar é a respeito e a propósito do que aqui se falou sobre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses que, obviamente, diga-se o que se disser, Senhor Deputado, não é razoável mandar um documento, depois de já ter sido mandado como definitivo e pedir a opinião depois. Portanto, vamos aguardar serenamente, como o Senhor Presidente fez notar, os próximos desenvolvimentos e as próximas reuniões que existam a este respeito. Cá estaremos para tomar as decisões que houver para tomar. Percebemos perfeitamente que o Porto, como qualquer outro município, possa dizer, só fazem de nós parvos se quisermos, se não quisermos não fazem, e é esse o sentimento que se percebe que existe. Vamos aguardar.

Mas a respeito da descentralização versus delegação de poderes, eu queria recordar aqui que, na minha intervenção da primeira reunião deste órgão, no nosso primeiro discurso deste mandato, indicamos como matéria de prioridade exatamente esta da descentralização e dissemos, então, que além de prioridade gostaríamos de apresentar uma posição comum. A Câmara do Porto, o Movimento Rui Moreira, esteve de corpo inteiro e de forma leal no debate público e no debate privado sobre esta matéria. Quisemos, e queremos, agregar todas as forças políticas nesse esforço e contávamos, e contamos, com todos. Tinham, e têm, as nossas mãos e os nossos braços abertos, mas não posso deixar de notar aqui hoje que, apesar de ter sido essa a prioridade que lançamos e a prioridade que eu aqui anunciei em nome do Grupo Municipal Rui Moreira, até hoje ninguém se aproximou.

Terceira nota, sobre a habitação, nós tivemos uma reunião não apenas para falar desse assunto, mas depois, como é nosso hábito, falo em nome de todos, às vezes, Senhor Presidente, desvirtuamos um bocadinho a ordem do dia, e nessa reunião sobre o arrendamento falamos de tudo o que era habitação, e escalpelizaram-se aqui as propostas que o Partido Socialista fez quando se candidatou, que este Movimento e este Executivo fez e que as outras forças políticas fizeram. Sabemos bastante bem quais são as visões de todos e, portanto, Senhor Deputado do PS, não vale a pena ficcionarmos uma agenda repetida, *ad nauseam*, só para surfar a onda do Decreto promulgado e vir tentar juntar os cacos da geringonça e mostrar que estamos todos unidos. Não vale a pena. Não nos



façam outra vez, a nós Município do Porto, a nós Assembleia Municipal do Porto, não nos sirvam outra vez esse prato de utilizar-nos para entendimentos e questões que não têm nada a ver com o Porto. Deixem essas matérias para o sítio próprio, não é decididamente aqui, ficcionar *ad nauseam* uma agenda, sobre a qual, com todo o respeito, se falou aqui intensamente há 15 dias.

A última nota que queria deixar: apesar de o Climate Change Leadership Porto Summit 2018 já ter tido lugar no dia 6 de julho, é evidente que a preparação desse evento não ocorreu entre o dia 1 e o dia 7 de julho, sei que deu enorme trabalho, nomeadamente à Câmara Municipal do Porto como coorganizadora, conjuntamente com a Associação Comercial do Porto e a Taylor's Port. Quero cumprimentá-los pela preparação e pelo trabalho que deu, porque resultou num evento de grande impacto internacional, e congratular-me com a visão e a iniciativa da Câmara Municipal do Porto para estar junta nesse evento”.

**O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS)** disse que: “Eu também tenho interesse em exercer as minhas responsabilidades cívicas e também gostaria de mandar WhatsApp com fotografias, se possível como cidadão anónimo. Diga-me para quem é que mando e como é que mando”.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** disse ao Senhor Deputado Gustavo Pimenta que pode enviar para o número do Presidente da Mesa.

**O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS)** retorquiu, dizendo: “Senhor Presidente, eu tenho o direito regimental de fazer perguntas aos oradores quando eles terminam e toda a reunião tem decorrido de acordo com os tempos atribuídos a todos os Partidos, portanto, não há da parte dos Partidos representados nesta Assembleia Municipal desperdício de tempo. Senhor Presidente, peço desculpa, é que, quando o Senhor Deputado André Noronha apela ao nosso comportamento cívico para fazer o que ele fez, mandar uma fotografia via WhatsApp para a Câmara, eu, de boa-fé perguntei.

O Senhor Deputado clamou aqui pelo problema da descentralização e da circunstância de os outros Partidos não colaborarem. Eu quero lembrar-lhe que, no mandato do Executivo anterior, liderado pela Senhora Vereadora Guilhermina Rego, se a memória não me trai, foi feito um inquérito aos grupos políticos todos, onde o Partido Socialista, e julgo



que todos, participaram ativamente com críticas às propostas que estavam sobre a Mesa e com sugestões, portanto, não venha dizer que os Partidos da oposição não aderiram a esse processo porque sempre aderiram. Julgo, aliás, que o Senhor Presidente da Mesa também tem conhecimento disso”.

**O Senhor Deputado André Noronha (RM)** respondeu: “Como o Senhor Deputado teve oportunidade de ouvir, eu referi-me a uma iniciativa tomada neste mandato sobre a questão da descentralização e delegação, e era dessa e sobre essa”.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** usou da palavra, dizendo: “A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da atividade do Município, o Ponto chama-se atividade e situação financeira e falar da atividade não é falar somente das notas que o Senhor Presidente trouxe aqui no início, a atividade deste trimestre vai muito para além da situação do Mercado do Bolhão e da situação dos outros quatro ou cinco exemplos que aqui trouxe.

Relativamente às questões que eu coloquei ficaram por responder: a situação da proliferação de esplanadas na cidade e a questão da mobilidade pedonal; a questão do estudo da possibilidade de não licenciar as atividades com animais; e, finalmente, tarifa social da água, quando é que se vai aplicar. Portanto, são três perguntas, esplanadas, estudo e tarifa social”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** disse que: “Eu, naturalmente, tenho muito gosto em responder às perguntas que me fazem, mas são muitas e a algumas eu não sei responder, confesso.

Sobre as esplanadas, têm razão. O Código Regulamentar prevê que onde haja esplanadas licenciadas tem que haver espaço de circulação pedonal e quando não é assim, tem que haver, naturalmente, ação por parte da fiscalização. Como sabe, no âmbito do Regulamento da Movidá, já há um conjunto de medidas cautelares que preveem que, no caso de haver reincidência no incumprimento do que está previsto no Código Regulamentar, isso pode levar a consequências graves para aqueles que deixam que as esplanadas se estendam para além do local devido. No âmbito do Código Regulamentar está a ser revisto se esse princípio, que estamos a testar na zona da Movidá, se devia alargar a toda a cidade. Também lhe devo dizer que há zonas da cidade, nomeadamente na





Ribeira, junto ao Cubo da Ribeira, por exemplo, em que a proliferação de esplanadas me preocupa. Preocupa-me por um conjunto de razões, preocupa-me porque não me parece também muito legítimo, até em termos concorrenciais, que um pequeno estabelecimento com 10m<sup>2</sup> possa ter uma esplanada de 100m<sup>2</sup>, porque o que acontece é que isso deixa de ser uma esplanada. De facto, o estabelecimento passa a ser apenas um instrumento logístico para servir uma esplanada, isso parece-nos profundamente errado. Algumas tentativas que têm sido feitas e alguns pensamentos estratégicos sobre obrigatoriedade, por exemplo, de ter base da esplanada, o que facilitaria o trabalho aos fiscais e isentaria a esplanada do argumento típico de que foi o turista ou o cliente que puxou a cadeira para fora do local. Há problemas que têm a ver com saúde pública, têm a ver com a limpeza e não é tão fácil como parece. Portanto, este é um problema real que nós compreendemos. Sobre os outros assuntos que referiu, peço desculpa, mas não me sinto habilitado neste momento a responder, mas terei muito gosto em responder noutra ocasião”.

**O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS)** reconheceu que: “A síntese financeira referente a maio, ou seja, quase metade do exercício, aponta para uma melhoria da receita quando comparada com período homólogo do ano anterior, mas, uma vez mais, por arrasto da atividade imobiliária. Só o IMT, com acréscimo de 6,1 milhões de euros corresponde por 80% do acréscimo de receita total que foi de 7,6 milhões de euros. Nada de novo, portanto, no que se refere à melhoria da receita municipal, atrelada desde há alguns anos ao surto imobiliário que a cidade vem conhecendo, ligado, sobretudo, à atividade turística, com os benefícios, mas também com os efeitos perversos de um tal modelo, como nos tem sido dado testemunhar.

Já no que se refere à despesa, chamo sobretudo a atenção para a evolução da despesa de capital e nesta da subrubrica – aquisição de bens de capital vulgo investimento.

Na sequência da última revisão orçamental, o valor do investimento projetado para o exercício foi elevado de 82 milhões de euros para 99,2 milhões de euros, no entanto, até maio, as despesas de capital, não só investimento, mas todas as restantes rubricas – transferências de capital, ativos e passivos financeiros e outras despesas – tinham atingido apenas 17 milhões de euros, ou seja, 17% do montante revisto de investimento, e apenas 15% do montante total da rubrica, isto quando nos encontrámos, como já foi referido, em meados do ano, ou quase. Daí que uma pergunta ao Senhor Presidente da



Câmara se imponha. As perspectivas de investimento para o exercício mantêm-se, o que significa que nos próximos sete meses, se terá que realizar 73% do investimento previsto ou caminhamos de novo para o incumprimento substancial do objetivo a que este Executivo se propôs no início do ano e que reforçou recentemente?

A segunda questão que gostaria de colocar tem a ver com acompanhamento, por parte desta Assembleia Municipal, na execução desse mesmo investimento. Não me parece aceitável que a informação financeira regular não identifique os principais investimentos projetados para o exercício, diretamente, pela Câmara Municipal, ou, indiretamente, através das Empresas Municipais. Diria que, pelo menos, os dez investimentos mais relevantes, com a sua identificação, a quantificação dos montantes projetados para cada um deles no ano, o montante realizado em cada momento e eventuais desvios e atrasos.

Todos sabemos que não é nas despesas correntes, absorvidas em mais de 80% por encargos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros, que reside a ciência orçamental, é na programação, no lançamento e na execução dos investimentos que essa dificuldade se manifesta e, justamente por isso, deveria constituir-se como a principal preocupação desta Assembleia Municipal em termos orçamentais.

Eu registei a referência que o Senhor Presidente fez esta noite relativamente a uma identificação dos investimentos lançados, que eu acho que é um passo no bom sentido e que presumo que terá vindo de encontro a uma sugestão que aqui fiz, na última discussão que tivemos sobre esta matéria. Acho que é um primeiro passo, mas acho que esse passo devia ir mais longe. E esse ir mais longe era enviar, juntamente com a informação financeira, que creio que é enviada cinco vezes por ano, mas eu diria duas ou três vezes por ano, os principais investimentos que estavam projetados, o realizado até ao momento, para termos uma perspectiva e, se calhar até, reduzir algumas das dúvidas que possamos ter, como, por exemplo, termos neste momento apenas 17% de investimento realizado e, se calhar, haver razões ponderosas que justifiquem que, nos próximos meses, isto esteja ultrapassado com sucesso, embora eu veja alguma dificuldade nisso.

Finalmente, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, na sequência da do desejo que manifestou, na última Assembleia Municipal, de rever o vídeo da sessão, já o fez e se o fez se nos poderia transmitir a conclusão a que chegou”.



**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** esclareceu que a última questão que o Senhor Deputado Serafim Nunes colocou deve ser dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal e não ao Senhor Presidente da Câmara. Está a ser preparado o envio do vídeo da sessão em causa, mas, como é evidente, é ao Presidente da Assembleia que devem ser dirigidos esses pedidos”.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** respondeu: “Senhor Deputado, quanto àquilo que vai ser a taxa de execução do orçamento vai ter que esperar para ver, enquanto não for cumprida uma promessa deste Governo, que esteve quase a ser cumprida na última Lei do Orçamento de Estado – a incorporação do saldo de gestão e também uma outra medida que estava no pacote da descentralização, que era não haver visto prévio naquilo que é relação direta entre o Estado, as câmaras municipais e as empresas municipais, o que permitiria, naturalmente, que não tivesse de haver dois vistos prévios, como atualmente há, no caso, por exemplo, da habitação social. Portanto, vai ter que esperar para ver, não tenho outra resposta para lhe dar. Prevejo que, no final do ano, a execução orçamental ronde novamente os 80% como tem rondado. Se falar com qualquer município deste País dir-lhe-ão que é praticamente impossível ir além disso exatamente por causa destes constrangimentos e, por isso mesmo, estava isso acordado entre as Áreas Metropolitanas de Porto e Lisboa, tinha sido falado com o Governo, havia compromissos nessa matéria, mas a Associação Nacional de Municípios esqueceu-se desse assunto, não lhe interessa, é um assunto de somenos importância, porque estão preocupados com outros assuntos. Não lhe posso dar outra informação. Acerca daquilo que o Senhor pediu, há uma coisa que lhe vou dizer olhos nos olhos, a sua primeira intervenção e a sua segunda intervenção, não foram iguais, e o Senhor sabe muito bem que na primeira intervenção o Senhor leu um texto e na segunda intervenção só leu metade do texto que leu na primeira, porque eu tenho muito boa memória e se alguém se sente ofendido na honra não é o Senhor Deputado, sou eu. Portanto, se o Senhor Deputado muda de opinião e depois lhe distribuem papéis e lhe fazem chegar os papéis que o Senhor se calhar devia ter lido, a mim não me engana Senhor Deputado, já lho disse com todo o respeito, o Senhor tem todo o direito de mudar a sua intervenção, reescrever a história não me parece útil. Nós daqui não sairemos, portanto se o Senhor Deputado entende vir aqui fazer uma provocação relativamente a essa matéria volto a dizer-lhe, aquilo que o Senhor disse na sua segunda intervenção, não foi o que o Senhor



disse na primeira intervenção. O Senhor disse que eu ouvi mal ou que deturpei, que tive um tom jocoso, não tenho nenhum tom jocoso com ninguém, de vez em quando, naturalmente, que estas Assembleias não são propriamente um enterro e além disso há uma coisa, Senhor Deputado, que eu gosto e que o Senhor devia gostar também porque é Deputado, devia gostar do combate político. O combate político também é isso. O combate político é isso mesmo. O combate político é um princípio que alguém disse, é um brasileiro que diz «Quem vai à guerra dá e leva». No combate político é assim e depois saímos todos amigos, agora, o que não vale a pena é nós tentámos reescrever a história, isso já foi feito e deu sempre mau resultado”.

**O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS)** disse que: “Eu tive o cuidado de, logo no segundo dia, enviar um *e-mail* a pedir para ver o vídeo, mas, depois desta intervenção do Senhor Presidente, a situação assume, a meu ver, ainda uma gravidade maior. O Senhor Presidente está a pôr em causa a minha palavra, eu não lhe admito, não conheço o Senhor Presidente de lado nenhum, portanto, não lhe admito que ponha em causa a minha palavra e, nesse sentido, acho que se torna muito mais relevante ver exatamente o que eu disse da primeira vez e o que disse na segunda vez, porque o que foi posto em causa não foi aquilo que eu disse na segunda vez, foi aquilo que eu disse da primeira vez”.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou que: “Tentarei que nas próximas vinte e quatro horas chegue às suas mãos o vídeo e tirará as conclusões que bem entender. Não vejo qual é a relevância em prosseguirmos, até porque o tempo está esgotado”.

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** referiu que: “Deste debate apenas algumas notas. Uma primeira nota é que o Senhor Presidente da Câmara, e bem, defende que o Município deve intervir em matéria de alojamento local e em matéria de licenciamento. Deveria transmitir isso à sua bancada, porque a CDU apresentou uma proposta nesse sentido que foi reprovada pela sua bancada.

O Senhor Presidente defende, e bem, e já o disse publicamente, que o projeto de resolução, apresentado pelo Partido Comunista na Assembleia da República, sobre as “ilhas”



do Porto é um projeto positivo. Infelizmente, a sua bancada votou contra uma proposta que a CDU fez no sentido de o Governo aplicar essa proposta de resolução.

Relativamente às questões da limpeza, hoje o Senhor Presidente deu aqui um passo. Em primeiro lugar dizer-lhe que fico satisfeito pela resposta do Senhor Presidente, dizendo que espera até outubro ter a situação resolvida. Acho que, para resolvermos problemas, importa primeiro reconhecer que esses problemas existem, e o Senhor Presidente fê-lo, mas o Senhor Presidente transmitiu e indiciou aqui que o contrato anterior que a Câmara tinha era para a Câmara extremamente negativo. Não quer atacar o passado, mas também o entendo, porque quem tinha o Pelouro e fez esses contratos de concessão era o CDS, CDS que o apoia, CDS que tem aqui Deputados eleitos que defenderam exatamente esse negócio que foi danoso para a Câmara.

Para terminar, dizer que, em matéria de descentralização, tenho pena que uma comissão que foi constituída, com membros das várias forças políticas da Assembleia Municipal, para discutir a descentralização para as freguesias, tenha interrompido a sua atividade, exatamente pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara ter retirado da mesma o seu representante e nessa matéria, mas a descentralização na cidade do Porto o Senhor Deputado André Noronha não está preocupado”.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a sessão, eram 11h55.

**O Presidente da Mesa**

**Miguel Pereira Leite**

**A 1.ª Secretária da Mesa**

**Paula Ribeiro de Faria**